



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Leonardo Torres Vasconcelos

O Movimento é pela Liberdade: análise dos cartazes de divulgação oficial do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais

Belo Horizonte

2018

LEONARDO TORRES VASCONCELOS

O Movimento é pela Liberdade: análise dos cartazes de divulgação oficial do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Área de Concentração: Comunicação e Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Berenice de Freitas Diniz.

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

2018

V331m

Vasconcelos, Leonardo Torres.

O Movimento é pela liberdade: análise dos cartazes de divulgação oficial do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. /Leonardo Torres Vasconcelos. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2018.

33 f.

Orientador(a): Berenice de Freitas Diniz.

Monografia (Especialização) em Comunicação e Saúde.

Inclui bibliografia.

1. Participação Social. 2. Participação Cidadã. 3. Saúde Mental. I.Diniz, Berenice de Freitas . II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Título.

NLM WA 546

AGRADECIMENTOS

À Miriam Abou-yd, Marta Elizabete e Humberto Verona pelo incentivo;
À equipe de trabalhadores da Coordenação Estadual de Saúde Mental de Minas
Gerais (2015/2017) pela parceria;
Aos colegas da 2ª turma do Curso de Especialização em Comunicação e Saúde e à
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais;
À professora Berenice por acreditar em mim e na minha capacidade;
Aos que lutam por uma sociedade sem manicômios;
À todos que participaram deste processo, muito obrigado!

RESUMO

O Sistema Único de Saúde (SUS) incorporou a sociedade civil organizada como princípio organizativo. Deste modo, o controle social por meio dos movimentos sociais é uma ferramenta importante o sistema no que diz respeito à sua continuidade e manutenção. O Fórum Mineiro de Saúde Mental, a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais e outros atores se juntam para promover anualmente um desfile em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Desde 1997, são produzidos anualmente cartazes para a divulgação dessa festa que acontece em ritmo de manifestação. O objetivo deste trabalho é analisar os cartazes produzidos entre 2014 e 2017 identificando as vozes que gritam pelo direito à cidadania e por “liberdade ainda que Tam-Tam”.

Palavras chave: Participação Social, Participação Cidadã, Saúde Mental.

ABSTRACT

The Unified Health System (SUS) incorporated organized civil society as an organizational principle. In this way, social control through social movements is an important tool for the system in terms of its continuity and maintenance. The Mineiro Mental Health Forum, the Mental Health Services Users Association of Minas Gerais and other actors come together to annually promote a parade in commemoration of the National Day of Anti-Manicomial Struggle in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. Since 1997, posters has been produced for the dissemination of this party that happens in a rhythm of manifestation. The objective of this work is to analyze the posters produced between 2014 and 2017 identifying the voices that shout for the right to citizenship and for "freedom even though Tam-Tam".

Keywords: Social Participation, Citizen Participation, Mental health.

SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	Objetivos	9
2.1	Objetivo Geral	9
2.2	Objetivos específicos	9
3	Justificativa	9
4	Referencial Teórico	10
4.1	O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial	10
4.2	A luta por direito à cidadania no Brasil e a Constituição Federal de 1988	11
4.3	As manifestações de junho de 2013 e os direitos à cidadania	12
4.4	A ameaça aos direitos alcançados com Sistema Único de Saúde e suas repercussões	14
5	Metodologia	16
6	Resultados e Discussão	18
6.1	Elementos dos cartazes	18
6.2	As vozes	24
6.3	As vozes e o movimento social	25
6.4	Os cartazes e representação da luta pela cidadania	26
7	Considerações Finais	29
8	Referências	31

1 Introdução

O tema dessa monografia não foi uma dura escolha. Desde o ingresso no Curso de Especialização em Comunicação e Saúde a vontade de trabalhar com a comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte me acompanha. Na minha experiência acadêmica sempre me interessei por pesquisar e me aproximar dos estudos que envolviam participação popular na gestão do SUS. Ao ter contato com o tema Saúde Mental, enquanto trabalhador da Coordenação Estadual de Saúde Mental Álcool e outras Drogas de Minas Gerais entre os anos de 2015 e 2017, pude me dedicar mais ao assunto, conhecer melhor sua história e trajetória. Isso também me deu a oportunidade de acompanhar as ações dos movimentos sociais e, com isso, entender a importância que eles têm para a manutenção das políticas públicas de saúde de forma geral, mas principalmente de Saúde Mental. Não menos importante, ressalto com destaque que a participação emocionante e impar nos desfiles em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial em Belo Horizonte também foram essenciais para que não houvesse dúvida de que era sobre essa experiência de luta e delicadeza que eu dedicaria meu trabalho de conclusão de curso.

Os coletivos da sociedade civil organizada são, na experiência brasileira de democracia, atores fundamentais para a garantia de direitos da população. O Sistema Único de Saúde (SUS), por sua vez, institucionalizou o Controle Social como princípio organizacional demonstrando que a participação popular e a mobilização social são fundamentais para a sua construção e manutenção (SANTOS, 2013).

A representação do movimento da reforma psiquiátrica antimanicomial no Brasil se deu partir de diversas frentes de militância e grupos organizados com o objetivo de romper a lógica do modelo asilar de segregação que era imposto ao sujeito “louco”. Essa lógica propõe a transformação do modelo de atenção e questiona as práticas de “cuidado” que violavam e ainda violam os direitos das pessoas submetidas à ela (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

Para Nascimento (2009) a mobilização social em torno do tema da reforma psiquiátrica antimanicomial também ocupa um importante papel sociocultural uma vez que se torna estratégia para dar visibilidade à relação não somente do Estado, mas da sociedade com o “louco” e a ressignifica. Esta estratégia possibilita a

construção de um novo entendimento do lugar desse sujeito na sociedade contemporânea e faz um enfrentamento direto à lógica social que segrega e oprime esses sujeitos, contrapondo com a promoção de autonomia e liberdade dos mesmos (NASCIMENTO, 2009).

As políticas públicas que incorporam serviços de saúde mental substitutivos ao modelo asilar são conquistas também da luta dos movimentos sociais antimanicomiais, dentre outras frentes. Isso porque na experiência da saúde pública brasileira já existia um *modus operandi* de oferecer “cuidado” a esta parcela da população. Neste sentido, só foi possível redirecionar a política proposta pelo Sistema Nacional de Assistência Psiquiátrica, na época, com a quebra do paradigma do lugar do “louco” na sociedade fomentada por diversas correntes de pensamentos que efervesciam nas décadas de 1970 e 1980.

Entre os anos de 1975 a 1980 o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira recebia da Europa em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Barbacena insumos importantes para abastecer seus ideais reformistas: Franco Basaglia, Michel Foucault, Ronald Laing, Felix Guattari, Robert Castel vinham para Congressos, Seminários em Universidades, em missões éticopolíticas cativantes, trazendo informações e levando notícias nossas; testemunhando e reconhecendo grupos de resistência, instigando jovens inquietos (alguns presentes nesse debate) para movimentos sociais como a defesa dos direitos dos enfermos mentais, condições e processo de trabalho em instituições manicomiais, na contribuição teórico-crítica em diferentes cenários acadêmicos, associativos, sindicais, estudantis. (PITTA, 2011. p.4582)

Nesse contexto os movimentos alcançaram o Poder Legislativo e, em 1989, o Deputado Paulo Delgado propõe um Projeto de Lei que visa dar o primeiro passo institucional da luta Antimanicomial. O projeto dispunha sobre a proibição da construção de hospitais psiquiátricos e destinação de recursos públicos à serviços antimanicomiais que só foi ser promulgado pela Presidência da República em 2001 após um longo caminho de negociações (PITTA, 2011). Durante este período, em 18 de janeiro de 1995, o Estado de Minas Gerais promulgou a Lei nº 11.802 que dispõe sobre a reintegração social das pessoas com sofrimento mental, determinando a implantação de serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos e toda a lógica manicomial e pontuando a extinção progressiva dos mesmos. Esta lei foi posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 12.684, de 1997.

Este cenário em que a pauta chega aos Poderes Legislativos tem como consequência ações dos Poderes Executivos em relação a definições de agendas

abordando Saúde Mental, dando visibilidade e influenciando outras ações a partir das experiências exitosas das políticas públicas. Com isso, os movimentos sociais “por uma sociedade sem manicômios” passam a ocupar um espaço menos marginal e se tornam atores fundamentais tanto na luta pelos direitos, quanto na construção das estratégias de cuidado ofertado pelo Estado brasileiro (NASCIMENTO, 2009).

Na experiência do Estado de Minas Gerais, destaca-se o trabalho do Fórum Mineiro de Saúde Mental que se organiza como um movimento social promovendo ações, projetos e estratégias construídas por usuários, trabalhadores e familiares na luta pelo direito à cidadania dos usuários da rede de saúde mental do Estado (CASTRO, 2008). Destaca-se também, como ação de mobilização social, a escola de samba “Liberdade Ainda que Tam-tam” que surgiu no município de Belo Horizonte (AMARANTE; TORRE, 2017) e se consolida como estratégia de manifestação do Movimento Antimanicomial Mineiro em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Formado por usuários da rede de atenção psicossocial do município de Belo Horizonte, trabalhadores dos serviços, familiares, simpatizantes e militantes da luta a escola de samba “Liberdade ainda que Tam-tam” promove uma manifestação pública da experiência da vida em liberdade nas comemorações do 18 de maio (Dia Nacional da Luta Antimanicomial) do município de Belo Horizonte desde o ano de 1997. Os 20 anos trouxeram mais do que experiência para o Movimento Antimanicomial Mineiro, que hoje tem a certeza de que o caminho de delicadeza traçado nessa história de construção e luta coletiva tem ganhos que vão além das políticas públicas (BOTTI, 2008).

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial é uma homenagem à luta e também um momento de comemoração na capital do Estado de Minas Gerais e em vários municípios no Brasil (AMARANTE; TORRE, 2017). Em Belo Horizonte envolve a sociedade civil organizada, usuários, trabalhadores e outros atores da sociedade interessados no assunto. Essa grande comemoração em ritmo de samba, mas que evolui como marcha à liberdade, mostra seu potencial como ação de mobilização social. Os enredos são construções coletivas e diferentes a cada ano, no entanto sempre promovem a visibilidade do tema e da quebra de paradigma em relação ao lugar do cidadão usuário da rede de saúde mental na sociedade. A manifestação não é só pelo samba, mas por cartazes e intervenções artísticas e políticas que acontecem na cidade denunciando as constantes situações de violação de direitos

dos usuários e festejando os avanços políticos e sociais deste tema dando visibilidade à luta por uma sociedade livre de conceitos retrógrados e manicomiais (BOTTI, 2008).

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar os cartazes produzidos para a divulgação oficial do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais dos anos de 2014 a 2017.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar de quem são as vozes presentes nos textos dos cartazes;
- Abordar a inserção destas vozes no movimento social da luta antimanicomial;
- Relacionar a mensagem dos cartazes com à luta pela cidadania;
- Apontar possíveis inferências sócio-históricas nas mensagens dos cartazes vindas das manifestações de julho de 2013.

3 Justificativa

O movimento da luta Antimanicomial traz para o campo da saúde a denúncia da exclusão histórica dos sujeitos conhecidos como “loucos” e a busca continua destes sujeitos para exercer o direito à cidadania. Neste sentido as peças de comunicação produzidas para esta data se tornam um material rico para análise principalmente quando estabelece uma relação entre o momento histórico em que foram produzidas.

Entendendo que o discurso presente nos cartazes são resultado de influência política, social e histórica da luta Antimanicomial propõe-se esta análise como trabalho de conclusão de curso, do Curso de Especialização Lato Sensu em Comunicação e Saúde da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP/MG), valorizando o objeto como estratégia comunicacional importante para a expressão dos Movimentos Sociais envolvidos no processo. Neste sentido, entendendo o campo da Comunicação e Saúde como uma área do conhecimento interdisciplinar, a análise proposta com essa perspectiva se torna fundamental para permitir uma compreensão mais ampla da luta pelo direito à cidadania das pessoas usuárias da rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde.

4 Referencial Teórico

4.1 O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial

Na experiência brasileira, as políticas de atenção e cuidado ao sujeito “louco” seguiram um padrão histórico de segregação e violação de direitos. Não é novidade que historicamente o “louco” não é um sujeito de direito. Expressões como “louco de jogar pedra” ou “trem de doido” resgatam a história de uma época onde a loucura era vista apenas com um olhar segregador justificando o cerceamento da liberdade e a perda dos direitos fundamentais e da dignidade desses sujeitos (LAVOR, 2018).

Neste universo, que impossibilitava o acesso de sujeitos aos direitos fundamentais, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial teve um papel fundamental para a história saúde mental do Brasil. Lüchmann e Rodrigues (2007) apontam que as inúmeras denúncias pautadas pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial ampliaram e recriaram o conceito de cidadania e os limites estabelecidos com a política de cuidado e atenção à saúde dessa população.

Assim como este, outros movimentos sociais buscaram nas últimas décadas da história brasileira mudar a realidade e incluir todos os cidadãos na experiência da cidadania sem que houvesse privilégios (CASTRO, 2008).

Os movimentos sociais têm em comum o fato de apontarem os problemas fundamentais da desigualdade e das injustiças sociais. Movimentos sociais são aqueles que lutam por projetos, significados e orientações que levem a uma sociedade mais justa. (TOLEDO e SABROZA, 2013, p.5)

Esta construção árdua, faz a sociedade civil organizada como Movimentos Sociais de Saúde Mental colher frutos da sua história fazendo “soar como natural, algo que foi arduamente construído” (CASTRO, 2008, p.223).

Organizados através de fóruns sociais, entidades, redes, associações estes movimentos sociais buscam a transformação de algumas realidades da sociedade por meio da mudança de algum modelo dominante. Para GOHN (2011) os movimentos sociais podem ser “inspirados em um novo modelo civilizatório no qual a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis”.

Alfonsin *et.al* (2015) ressalta que movimentos sociais, bem como, a academia

e outras organizações não governamentais e da sociedade civil exercem um papel fundamental na criação de condições para que a cidadania seja realmente universal. Scherer-Warren (2014) acrescenta que os movimentos sociais organizados se diferenciam por ter uma permanência temporal além de se estruturarem “*sob a forma de redes de militância*” utilizando de estratégias “*para a construção de significados políticos ou culturais*” em comum, visando, por exemplo, a mobilização de ativistas e a produção de “*interferência nas políticas públicas, ou a produção de mudanças na cultura, na política ou no sistema social de forma mais abrangente*” (SCHERER-WARREN, 2014, p.422).

Dessa forma o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial tem sido desde 1993, um conjunto de ações e práticas organizadas por diversos atores da sociedade civil organizada com um posicionamento claro que vislumbra *uma sociedade sem manicômios* (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

4.2 A luta por direito à cidadania no Brasil e a Constituição Federal de 1988

O direito à cidadania perpassa por uma discussão acerca consolidação dos Direitos Humanos. Tolfo (2013) diz que:

A consciência dos direitos humanos faz parte do processo que conduz à emancipação das pessoas perante o seu contexto social. Tal processo também está interligado ao conceito de cidadania, que se encontra em construção permanente em razão do seu caráter histórico, incorporando continuamente novos valores e conquistas. (TOLFO, 2013, p.34)

Para a efetivação desse direito Tolfo (2013) ainda ressalta a importância de se exigir do Estado meios, ou seja, instrumentos que exijam do poder público a implementação desses direitos. A exemplo disso, no Brasil, a Constituição Federal, de 1988, inclui os direitos do cidadão em seu artigo 5º como garantias fundamentais consagrando o princípio democrático.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

Desta forma, a cidadania como “um conjunto de direitos e deveres que um sujeito possui para com a sociedade da qual faz parte” (MONTEIRO; CASTRO, 2008, p.274) está diretamente relacionada a participação civil-política dos sujeitos

em relação ao Estado. Para que o sujeito seja promovido à cidadão cabe ao Estado assegurar a efetivação dos direitos fundamentais (TOLFO, 2013).

Ainda segundo Tolfo (2013):

Os direitos humanos, a democracia e a cidadania estão envoltos em uma correlação intrínseca e dinâmica. Para que um país seja considerado democrático é fundamental que seja garantido o exercício da cidadania, que por sua vez requer a efetividade dos direitos humanos. (TOLFO, 2013 p.38)

Em face da complexidade posta, ressalta-se que a Constituição Federal, de 1988, conhecida como constituição cidadã, incorpora na legislação brasileira um complexo, porém favorável, contexto de superação do olhar reducionista do exercício da cidadania (votar e ser votado). Pois, a carta magna formaliza uma série de direitos que dão a sociedade brasileira subsídio para promover os direitos humanos fundamentais em um Estado democrático garantindo o exercício da cidadania (TOLFO, 2013).

Nesse contexto, os avanços na luta por direito à cidadania no Brasil têm os movimentos sociais como atores fundamentais para a consolidação dos mesmos e conseqüentemente da democracia. Para Castro (2008), eles desempenharam um importante papel contribuindo para o fim da ditadura como modelo de governo e para a redemocratização do país se constituindo “como agentes de transformações sociais, conquistando direitos historicamente negados à imensa maioria” da população. (CASTRO, 2008, p.222)

4.3 As manifestações de junho de 2013 e os direitos à cidadania

Em 13 de junho de 2013, no Brasil, aconteceu a primeira de uma série de manifestações que por sua grandiosidade, tomou lugar relevante na história da luta pelos direitos de cidadania (ALFONSIN, *et.al*, 2015). Historicamente, o processo de construção da sociedade brasileira é marcado por negação de reconhecimento de direitos e o processo de colonização foi o primeiro deles. Alfonsin, *et.al* (2015) ressalta que este processo “se reflete no atual contexto urbano em que diferentes classes e grupos sociais experimentam distintas intensidades de cidadania” (ALFONSIN, *et.al* 2015, p.74). A história do Brasil mostra com clareza os vazios em relação à efetiva participação da população nas decisões do futuro do país. Exemplo disso são os processos de Independência e de Proclamação da República não

introduziram mudanças expressivas no conjunto dos direitos que asseguram o exercício da cidadania (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, é possível entender a importância de se assegurar os direitos fundamentais, dando ao cidadão subsídio para exercer seu direito de cidadania e, como consequência, a participação efetiva na construção das decisões do Estado (TOLFO, 2013). Um exemplo deste cenário favorável ao exercício da cidadania são as Manifestações de junho de 2013. De início, a pauta foi levantada com foco na discussão do direito ao transporte público e, posterior a isso, efervesceram outras tantas reivindicações ligadas ao acesso e qualidade de serviços e espaços públicos, além das manifestações contra corrupção e mudanças no cenário político e econômico que entraram no hall de pautas prioritárias do Estado brasileiro (ALFONSIN, *et.al*, 2015).

O que se via era um total descontentamento com a desconsideração de direitos fundamentais que haviam sido garantidos pela Constituição Federal, de 1988, e toda essa crítica reproduzida em todo território nacional por um movimento de massas, inédito, fortalecido através das redes sociais (ALFONSIN, *et.al*, 2015).

Muito embora a Constituição Federal, de 1988, tenha sido assertiva em relação à garantia dos direitos, a história mostrou que não há efetivação da política, sem que haja controle social. Neste sentido, as manifestações de junho de 2013 retomaram um processo de empoderamento do cidadão brasileiro em relação necessidade de exercer efetivamente sua participação política no intuito de garantir os direitos adquiridos em 1988 (ALFONSIN, *et.al*, 2015).

No entanto, o que nos interessa neste trabalho é discutir esse cenário pós manifestações que favoreceu essa efervescência da militância cidadã. Cenário este que observamos que o movimento da luta antimanicomial encontrou outros movimentos sociais em ação oportunizando um novo espaço livre e com visibilidade social para se manifestar.

Estas manifestações ganharam visibilidade por fazer das ruas o espaço de intervenção, transformando os atos em experiências públicas de participação política. Nessa perspectiva, as intervenções propostas no município de Belo Horizonte, desde 1997, para a comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial se assemelha no tocante que “essa luta vai dizer que o lugar do embate é a cidade, seja município ou território.” (MATTOS, 2008, p.253).

4.4 A ameaça aos direitos alcançados com Sistema Único de Saúde e suas repercussões

A Constituição da Federal, de 1988, é um marco na história recente do Brasil. Sua existência dar-se-á um período longo de mudança de paradigma da sociedade brasileira que culminou na organização de diversas frentes mobilização que pautaram a construção de um país democrático.

A transição política brasileira foi longa, iniciando-se nos anos setenta e só tendo seu desfecho com as eleições presidenciais de 1989. A mobilização política ocorrida durante esse processo e as mudanças institucionais advindas acenavam com a promessa não só da construção de um regime democrático, mas também de uma sociedade menos desigual (PAIVA, *et.al*, 2004, p.369)

Neste período, o direito à saúde e sua correlação intrínseca com a democracia ganha destaque e, com isso, crescem movimentos sociais dedicados à essa luta. Para Santos (2013), esta pauta favoreceu o aumento das articulações entre entidades envolvidas com a causa e movimentos populares com o mesmo interesse. A autora ainda ressalta que dentre às reivindicações dos movimentos populares pela saúde estavam o acesso à “saneamento, água, luz e postos de saúde; a luta pelo fortalecimento do setor público e promoção da saúde” (SANTOS, 2013, p.236).

A promulgação da Lei Federal nº 8.080, de 1990, e a criação do SUS, possibilitaram não somente o fortalecimento das lutas pautadas anteriormente, mas a integração de um conjunto de outras propostas de universalização do acesso e a integralidade do cuidado que só foram possíveis a partir da nova ordenação (OLIVEIRA, 2012).

Ainda que os ganhos em torno da consolidação desse direito sejam inerentes, diversos autores pontuam uma preocupação real em relação à descontinuidade desse direito no atual formato. Santos (2013) aponta que “o direito à saúde (como os outros direitos sociais) vem sofrendo, de alguma forma, ataques do capital, seja pela privatização, seja pela focalização e precarização dessas políticas” (SANTOS, 2013, p.238). Costa (1988) já previa que o processo transição democrática brasileiro se estenderia trazendo, como consequência dessa indefinição política, a paralisação do avanço dos direitos sociais no país.

Neste sentido, é possível afirmar que a ameaça aos direitos alcançados com a criação do SUS tem sua origem não somente na precarização dos serviços, mas em uma série de ações, que não se limitam à saúde, que devem ser combatidas

pela sociedade civil organizada (COSTA, 1988; SANTOS, 2013). Sobre esta realidade que ameaça os direitos constitucionais, Santos (2013) aponta que o resgate do protagonismo do movimento social pela saúde é de extrema importância na luta por direitos.

Na correlação intrínseca e dinâmica entre os direitos humanos, democracia e a cidadania (TOLFO, 2013), os movimentos sociais da luta antimanicomial e a comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial se tornam estratégias de resistência e de luta pelo direito à cidadania das pessoas com transtornos mentais e das demais pessoas atendidas pela Rede de Atenção Psicossocial do SUS.

5 Metodologia

Neste trabalho, buscou-se analisar o material gráfico em forma de cartaz, produzido para a divulgação da comemoração do dia da Luta Antimanicomial do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Partindo do pressuposto de que existem diferentes modos de se falar e conseqüentemente de produzir sentido é fundamental para a análise dos discursos não se deter apenas no que o texto significa, mas nos modos como ele se fez texto (CAVALCANTE, 2014). Isso por que a análise de discursos “não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e o mostra” (PINTO, 2002, p.27 *apud* CAVALCANTE, 2014). Dessa forma, esta análise favorece a compreensão do movimento de produção social dos sentidos levando em consideração os modos de estar e de agir sobre o mundo (ARAUJO, 2009).

Seguindo este raciocínio, Santo *et.al* (2016) apresentam uma proposta de análise baseada no modelo de Pinto (1994) denominado análise dos discursos sociais (ADS). Essa análise bebe na Semiologia dos Discursos Sociais trasbordando as análises das escolas clássicas de Análise de Discurso. A análise leva em consideração o compromisso com a linguagem, da escola francesa, em que, segundo Gomes (2015), o discurso é histórico e socialmente marcado como parte de um determinado grupo em um determinado espaço. Orlandi (s.d.) acrescenta que a análise do discurso na escola francesa tem como objetivo abordar os mecanismos que determinam a significação relacionando o simbólico e o político a partir das determinações históricas implícitas nos processos. Para além, a análise não descarta o pragmatismo da escola americana que considera os graus de complexidade e a forma de organização dos elementos que constituem os objetos de análise. Portanto a ADS, neste caso, se diferencia pelo fato de conseguir articular as duas escolas supracitadas e acrescentar na análise noção de intertextualidade levando em consideração diferentes modos de leitura das formas como texto (leia-se escrita e imagem) são apresentados nos seus múltiplos contextos (SANTO *et.al*, 2016).

Propõe-se uma ADS produzida pelo material gráfico selecionado visando a discussão da produção de sentidos no contexto histórico e social na luta pela garantia do direito à cidadania dos usuários da rede de saúde mental.

Para isso, pretende-se apresentar o corpus da análise descrevendo os elementos presentes, imagem, exposição dos sujeitos e mensagens no material. Buscou-se identificar de quem são as vozes presentes no enunciado dos cartazes e com isso contextualizar a forma como as mesmas se inserem no movimento social da luta antimanicomial sendo itens importantes na produção dos sentidos e no processo criação de identidade do movimento. A análise será feita tendo como pano de fundo o processo sócio-histórico pós manifestações de julho de 2013 e suas repercussões revestidas de sentido e significantes, que se relacionaram simbolicamente com o processo de criação dos cartazes e trouxeram à tona a discussão da construção dos direitos de cidadania no Brasil (ALFONSIN *et.al*, 2015).

6 Resultados e Discussão

Os cartazes apresentados a seguir foram elaborados e publicizados pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental para a divulgação oficial do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, Minas Gerais dos anos de 2014 a 2017 (em sequência).

6.1 Elementos dos cartazes

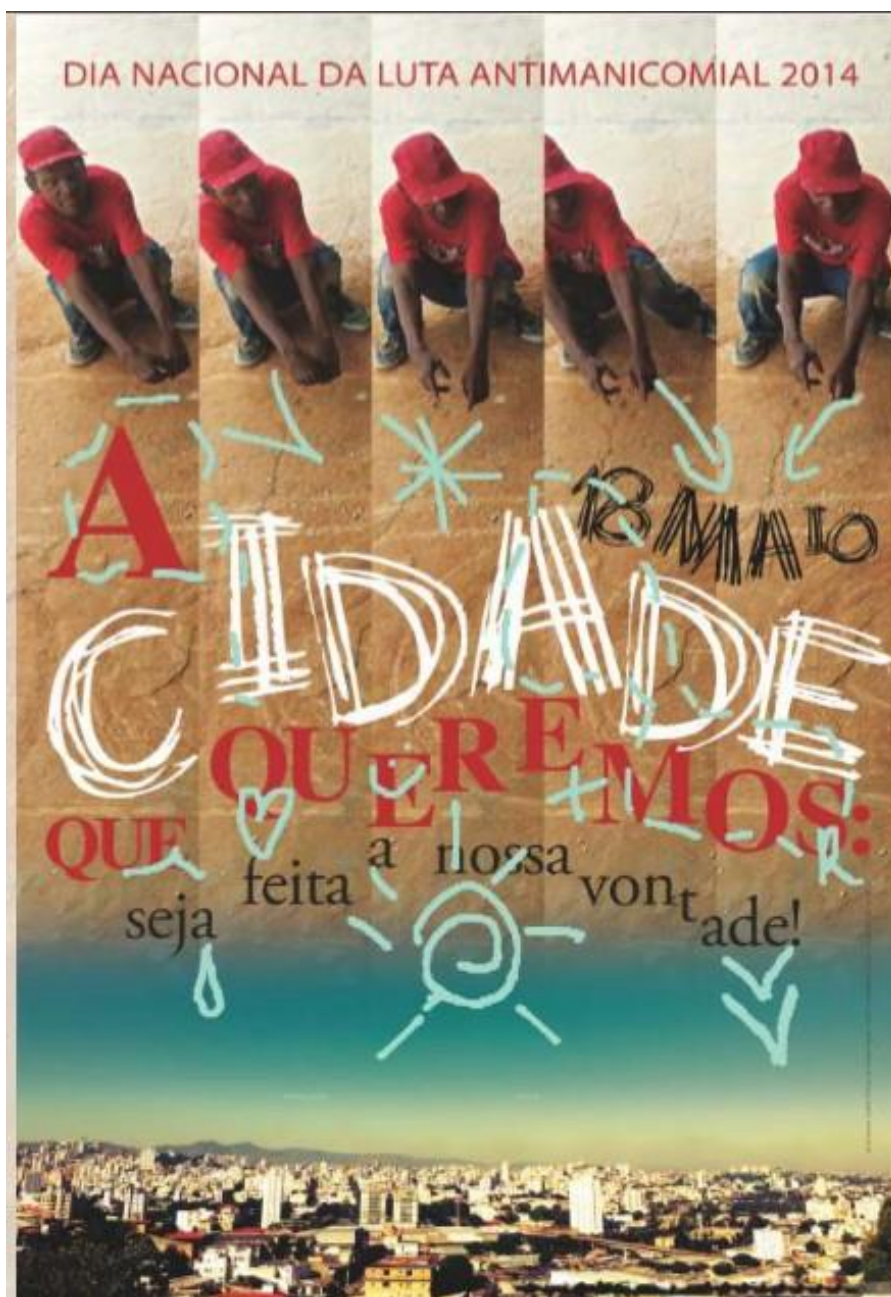


Imagem 1 – Cartaz 1. Fonte: Fórum Mineiro de Saúde Mental, 2014

Cartaz 1 - Destaque: A mensagem “a cidade que queremos” em letras maiúsculas no centro do cartaz. Esta mensagem parece estar escrita em um chão de terra e a palavra “cidade” que está centralizada foi escrita com uma fonte que remete a ideia de ter sido escrita a mão com giz branco.

Imagens: Na parte superior do cartaz um homem agachado no chão de terra, com braços esticados apoiados no joelho e as mãos apontadas para a mensagem em destaque. Essa imagem dá uma ideia de que este homem escreveu a palavra “CIDADE” no chão, bem como outros símbolos que compõem o cartaz e também a mensagem “18 maio”. Este homem está representado em 5 quadros sequenciais de fotografias dando a impressão de que o mesmo está em movimento. Sob seus pés, a imagem de um chão de terra (imagem central) e na parte inferior do cartaz a fotografia panorâmica de uma zona urbana em Belo Horizonte.

Texto: “Dia Nacional da Luta Antimanicomial 2014/ 18 maio/ A CIDADE QUE QUEREMOS: seja feita a nossa vontade!”.

Descrição do cartaz: Um homem agachado em um chão de terra anuncia o tema da comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial de 2014 – A cidade que queremos: que seja feita a nossa vontade! Abaixo do texto uma fotografia panorâmica de Belo Horizonte com intervenções criadas pelo anunciador.



Imagem 2 – Cartaz 2. Fonte: Fórum Mineiro de Saúde Mental, 2015

Cartaz 2 - Destaque: As fotografias em tons de cinza, com o enquadramento semelhante, a disposição das imagens em formato de grade e as bordas do cartaz em formato de filme fotográfico.

Imagens: O Cartaz se apresenta como um filme fotográfico e é composto por uma grade de 6 imagens. Nelas, uma mulher fotografada em um espaço azulejado que remete a ideia de ser em um hospital. Ao lado dela, em cada fotografia da grade, um trecho da mensagem principal do cartaz, tema da comemoração do Dia da Luta Antimanicomial de Belo Horizonte.

Texto: “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça. 18 de maio 2015 Dia Nacional da Luta Antimanicomial.”

Descrição do cartaz: Num filme fotográfico uma grade de 6 imagens em tons de cinza trazem a imagem de uma mulher em vestimentas simples, semelhantes a um uniforme de hospital. Essas imagens apresentam o tema da comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial de 2015 – “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.” Abaixo do texto, as entidades que promovem e apoiam a comemoração no município de Belo Horizonte.



Imagem 3 – Cartaz 3. Fonte: Fórum Mineiro de Saúde Mental, 2016

Cartaz 3 - Destaque: Diversos elementos ganham asas e “voam” no cartaz ao entorno da frase “ELES PASSARÃO, NÓS PASSARINHO” fazendo alusão ao poema de Mario Quintana.

Imagens: São 13 elementos alados, 11 deles com asas desenhadas sobre a imagem. Uma boneca, uma cadeira, dois peixes, um cão, um chapéu, Mick Jagger, um cavalo e um cavaleiro, um regador, um camelo, a frase “Valentes ocupam”, uma pomba e o símbolo do justiceiro dos quadrinhos, Batman. Embaixo de todos esses elementos alados a figura de uma mulher e de um homem (sem a imagem do rosto) trajando roupas sociais e seis figuras que aparentam ser homens, também sem a imagem dos rostos, sentados e também trajando roupa social. Todos engravatados. Dessas seis imagens três possuem a palavra “Dinheiro” e um a palavra “Golpe”.

Texto: “Dia nacional da luta antimanicomial/ 18 de maio 2016/ ELES PASSARÃO, NÓS PASSARINHO”

Descrição do cartaz: A frase “ELES PASSARÃO, NÓS PASSARINHO” é apresentada como o tema da comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial de 2016, em meio a uma miscelânea de figuras. 13 dessa figuras são aladas e compõe a parte superior do Cartaz, as demais não possuem asas e estão na parte de baixo. Dentre as figuras que não possuem asas, homens engravatados com as palavras Dinheiro e Golpe estampadas ao lado. Abaixo das imagens as entidades que promovem e apoiam a comemoração no município de Belo Horizonte.

18 de maio 2017 Dia Nacional da Luta Antimanicomial



Faz escuro
mas eu canto:
Liberdade em todo canto



Imagem 4 – Cartaz 4. Fonte: Fórum Mineiro de Saúde Mental, 2017

Cartaz 4 - Destaque: O símbolo musical (Clave de Sol) formado pela fumaça proveniente da queima da vela no centro de um cartaz preto.

Imagens: Uma vela acesa e a fumaça da queima da vela em formato de Clave de Sol.

Texto: “18 de maio 2017 Dia Nacional da Luta Antimanicomial / Faz escuro mas eu canto: Liberdade em todo canto.

Descrição do cartaz: No centro de um cartaz preto, a imagem de uma vela acesa forma um símbolo musical. Ao lado da imagem a frase tema da comemoração

do Dia Nacional da Luta Antimanicomial de 2017 “Faz escuro mas eu canto: Liberdade em todo canto”. Na parte inferior do cartaz, as entidades que realizam e apoiam a comemoração no município de Belo Horizonte.

6.2 As vozes

Os movimentos sociais são, nessa análise, a principal voz. As entidades que promovem a produção e divulgação dos cartazes para a comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte, ou seja, o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais são ao mesmo tempo emissores e enunciadores em todas as peças, isso significa que são de forma híbrida os autores dos materiais e também as vozes que são convocadas para legitimar a fala anunciada (SANTO *et.al*, 2016).

Nos cartazes 1 e 2 os sujeitos fotografados personificam a imagem do sujeito da enunciação, ou seja, o sujeito que conduz a narrativa (SANTO *et.al*, 2016). A escolha pela utilização de personagens reais provoca a sensação de que a fala neste caso, o tema da comemoração divulgado nos cartazes vem dos mesmos. O que, de alguma forma, é uma maneira de representar em imagem os sujeitos que são representados e que compõe estes movimentos sociais envolvidos.

Dar visibilidade aos atores reais do movimento é também uma forma de promover o protagonismo dos mesmos. Além disso, apresentam para a sociedade personagens sobreviventes dessa história de segregação contestada pelo movimento e pela ação de mobilização social proposta com a comemoração do dia nacional da luta antimanicomial.

No cartaz 1, o destaque dado ao homem o transforma em protagonista não somente pelo fato de estar no cartaz, mas pelo fato de que a escrita no chão nos remete a ideia de que ele é sujeito que fala, pois parece ter escrito com giz a mensagem no chão. Ainda nesse cartaz, destaca-se os símbolos desenhados no céu da fotografia panorâmica da cidade. Estes desenhos conversam com a mensagem do texto, uma vez que modificam a imagem da cidade que compõe o cartaz com símbolos feitos aparentemente pelo homem em destaque. Essa ideia é reforçada com a mensagem que segue “A CIDADE QUE QUEREMOS: seja feita a nossa vontade!”. Intervir, participar, ser sujeito de transformação do espaço público pode ser, naquele momento, a vontade do personagem da composição.

No cartaz 2, essa sensação de fala do sujeito da enunciação acontece com a imagem de uma mulher aparentemente dentro de um Hospital Psiquiátrico. Essa sensação aumenta com a mensagem anunciada “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça” dando a ideia de que “o que não se pode esquecer e o que não deve mais acontecer” está representado ali a história daquela personagem. Essa relação construída entre a imagem e a mensagem escrita potencializa o protagonismo da personagem que também é, nessa construção, uma voz que legitima com a sua trajetória e história de vida a mensagem anunciada.

Os cartazes 3 e 4 não nomeiam personagens como sujeitos da enunciação. Neste caso os emissores, movimentos sociais, são híbridos e também tomam esse lugar de fala. Isso dá ao discurso um tom mais plural, já que a voz utilizada como sujeito enunciador é polifônica e pode ser mais facilmente significada por sujeitos de diferentes percursos históricos.

6.3 As vozes e o movimento social

Como já explicitado no item anterior, os próprios movimentos sociais são as vozes presentes nos cartazes de divulgação de comemoração do dia nacional da luta antimanicomial no município de Belo Horizonte. Neste caso, é importante reafirmar que existe uma hibridez já que além de emissores o Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM) e a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM) são também enunciadores.

O FMSM organiza-se como um coletivo de importante representatividade entre os movimentos sociais em Minas Gerais e também entre os movimentos nacionais na luta antimanicomial (CASTRO, 2008). Esta militância do FMSM como movimento social tem transformado a experiência de cidadania de vários sujeitos, usuários da rede de saúde mental do estado de Minas Gerais, desde a sua criação a partir de assembleias, comissões de trabalho, projetos e articulações que já resultaram em transformações significativas das políticas públicas.

A ASSUSSAM é uma entidade civil que representa os usuários e defende os princípios antimanicomiais buscando transformação social dos sujeitos que compõem a associação e de qualquer outro que utilize diretamente ou indiretamente a rede de atenção psicossocial. A militância da associação está em buscar espaços dignos de vida para quem vive à luz dos estigmas do sofrimento mental dando-lhes voz e

protagonismo social (FERREIRA, *et. al*, 2008).

Vale ressaltar que, segundo Castro (2008), a experiência da cidadania é uma condição, um direito conferido a todos e requer dos sujeitos apenas participação na vida coletiva. Isso significa que um dos resultados esperados pela militância é exatamente assegurar esse direito. No entanto existe uma confusão entre cidadania e militância. A diferença básica é que a militância é uma escolha.

Se todos podemos e devemos ser cidadãos, nem todos seremos militantes de uma causa, seja esta o fim do manicômio ou a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, ou ainda, a existência do inconsciente ou a preservação do planeta. Tornar-se militante implica em aceitar a filiação a uma causa e produz, na nossa compreensão, modos de vida, onde cada um se inventa e reinventa pela ação coletiva. (CASTRO, 2008 p.223)

Neste sentido, os movimentos sociais são espaços de militância que promovem para alguns atores o primeiro contato com a noção de cidadania. Isso é evidenciado, por exemplo, pela possibilidade de fala desses sujeitos, ou seja, pela oportunidade de serem o “sujeito da enunciação”.

Os cartazes também têm outras entidades apresentadas como apoiadoras. Isso, conseqüentemente, é uma forma de legitimar as mensagens enunciadas. Os apoiadores são: Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

6.4 Os cartazes e representação da luta pela cidadania

O cartaz 1 anuncia: “A CIDADE QUE QUEREMOS: seja feita a nossa vontade!”. Tomando como sujeitos da enunciação a fotografia do homem e o Movimento Social (FMSM e ASUSSAM), que é também emissor, o cartaz nos remete a ideia de que este homem, legitimado pelo movimento social, propõe intervenções na cidade (desenhos descritos na seção Elementos dos cartazes) transformando-a de acordo com suas percepções. Isso só é possível porque a promoção de um sujeito à cidadão lhe capacita a expressar-se como sujeito de direitos no espaço público conferindo a ele a chance de propor mudanças neste espaço (GOHN, 2014). Ao utilizar a frase “seja feita a nossa vontade”, há também uma intertextualidade com o trecho da oração cristã que diz “seja feita a vossa vontade”, oração essa

proferida à maior entidade de adoração da religião. Neste caso, é possível pensar que ao utiliza-la, o sujeito da enunciação ascende as vozes presentes no texto para um lugar de cidadania contrapondo-se ao processo de exclusão que impossibilitava essa ascensão e permitindo que suas vontades, como cidadão, possam ser realizadas. O cartaz de 2014 foi a primeira produção para a comemoração do dia nacional da luta antimanicomial após as manifestações de julho de 2013.

O cartaz 2, em meio a um processo de desinstitucionalização de um hospital psiquiátrico, em 2015, registra simbolicamente o momento em que a usuária se torna cidadã. Sair de um espaço massificante onde não existe tempo para promover as diferenças faz parte dessa transformação. As fotografias deste cartaz pontuam um processo de demarcação da importância dessas diferenças que vem com o processo de desinstitucionalização de um hospital psiquiátrico, ou seja, um processo de respeito à singularidade do sujeito. O formato de filme fotográfico remete uma ideia de registro histórico, de observação, de olhar para o sujeito que teve pouco ou nenhum cuidado subjetivo durante o período que estava institucionalizado.

O cartaz 3 é destacado por uma alusão ao poema de Mario Quintana “Poeminho do Contra”. O sujeito de enunciação neste cartaz é o movimento social que utiliza o eu lírico do poeta que diz “todos esses que aí estão atravancando meu caminho, eles passarão...Eu passarinho!”. Isso ajuda a entender as asas dadas aos elementos que representam a sociedade gozando de liberdade e das possibilidades que esta liberdade traz. O cidadão por sua vez, ainda que seja livre, encontra desafios e se vê “atravancado”. O direito à cidadania não é imutável e o espaço político é diariamente cenário dessa luta. Em 2016 o Brasil passava por uma situação política turbulenta que culminou no impeachment da Presidenta eleita pelo voto direto. Essa situação causou grandes repercussões que esbarraram nas políticas de saúde, incluindo até a mudança da Coordenação Nacional de Saúde Mental. Neste cenário muitas foram as manifestações feitas com a finalidade de proteger as políticas de vinham garantindo o direito à cidadania dos usuários da rede de saúde mental.

O cartaz 4 também tem como sujeito de enunciação o movimento social. O contexto histórico da criação dessa peça são as constantes ameaças de retrocesso da política de saúde mental antimanicomial e conseqüentemente de direitos sociais. “Faz escuro”, como disse o poeta Thiago de Mello ao propor em seu poema que resiste pois “o amanhã vai chegar”. A utilização da vela acesa e da clave de sol

formada pela fumaça podem ter várias interpretações. Nessa análise interpreta-se esse símbolo como a resistência à escuridão “Faz escuro, mas e canto: liberdade em todo canto”. O convite à comemoração do dia nacional da luta antimanicomial no município de Belo Horizonte é feito por todos que permanecem cantando/ lutando independente das adversidades e desafios como, por exemplo, perda de direitos. Cantar é se expressar e é por isso que cantar em “tempos de escuridão” se torna um ato de resistência pelo direito à liberdade.

7 Considerações Finais

O presente trabalho trouxe interpretações a partir da leitura dos cartazes da comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial do município de Belo Horizonte, extraindo desse material elementos que pudessem dizer da luta pelo direito à cidadania das pessoas usuárias dos serviços da rede de saúde mental. No entanto, é importante ressaltar que a construção de sentido, neste caso, a leitura qualitativa do material, ainda que orientada por um método, envolve um processo de significação diretamente relacionado à compreensão que o pesquisador tem em relação ao assunto.

Sobre os resultados, é possível identificar que existe um discurso convergente tanto entre os cartazes, quanto entre as vozes que foram identificadas em cada peça. Aparentemente houve uma preocupação de apresentar em cada material elementos simbólicos que somados a mensagem textual representam um posicionamento coletivo do movimento social em relação ao momento sócio-histórico da luta nos anos de cada produção.

Pode-se considerar, também, que uma vez que as vozes em um movimento social são múltiplas os significados dados a cada símbolo estabelecem relações singulares, mas convergentes, com cada ator parte desses coletivos.

Com a análise, também fica evidente o fato de que a luta pelo direito à cidadania foi, neste recorte temporal, uma premissa do tema da comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial no município de Belo Horizonte. Um indicativo é a alusão a liberdade presente em todos os materiais, ora indicada pelo canto na escuridão (2017), pelas asas de passarinho (2016), pelo fechamento de um hospital (2015) ou pelo direito à cidade (2014).

As manifestações de julho de 2013 também resgataram, no Brasil, o conceito do direito à cidade e a emergência de compreender melhor a relação entre este conceito e a construção dos direitos de cidadania no Brasil explicitado inclusive no texto de ALFONSIN, *et.al* (2015).

Neste sentido, manifestar se torna ato importante no processo de reconhecimento social e é dessa forma que o movimento social e a Escola de

Samba Liberdade Ainda que Tam-Tam vem, desde 1997, promovendo com criatividade e delicadeza intervenções transformadoras no espaço urbano do município de Belo Horizonte.

A partir da observação dos cartazes e da análise dos mesmos podemos identificar o quão carregados de carga simbólica são estes materiais gráficos e ao mesmo tempo como os mesmos são produtores de subjetividades, que vão se expressar a partir da leitura de cada sujeito sobre eles, e promotores de discussões. Vale ressaltar o alcance que os cartazes possuem uma vez que são distribuídos para todos os serviços de saúde do município e até fora dele, além de outros espaços como escolas, universidades, repartições e etc. que passam a ser divulgadores das ideias ali veiculadas promovendo assim uma abertura importante para o a participação popular.

8 Referências

ALFONSIN, B.M. *et.al.* As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos Direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, vol.07, n.1, p.71-90, 2015.

AMARANTE, P.; TORRE, E.H.G. Loucura e Diversidade Cultural: Inovação e Ruptura. **Revista Interface (Botucatu)**. v.21. n. 63. p.763-74, 2017.

ARAÚJO; I.S. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. RECIIS – **Revista Eletronica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.42-50, set., 2009.

BOTTI, N.C.L.; SANGIOVANNI, A.G. Significados dos desfiles do dia nacional da luta antimanicomial em Belo horizonte, 1998-2007. **Cogitare Enfermagem**, v. 13, n. 1, p. 25-32. jan-mar, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição brasileira, 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/ 1994. Brasília: [Câmara dos Deputados] Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >.

CASTRO, A.M. Fórum Mineiro de Saúde Mental: A Alegria e a Coragem de se fazer Política. In: NILO, K. *et.al.* **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia** — Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008. p. 221- 227.

CAVALCANTE, C.C. **Os sentidos do Sistema Único de Saúde na mídia impressa do Ceará – Um estudo do jornal O Diário do Nordeste**. 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

COSTA, N.R. Transição e Movimentos Sociais Contribuição ao Debate da Reforma Sanitária. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.2 n.4, p.207-225, 1988.

FERREIRA, S.M.S *et.al.* Loucura e Cidadania. In: NILO, K. *et.al.* **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia** — Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008. p. 229- 233.

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL. **Cartaz da comemoração do dia Nacional da Luta Antimanicomial**, 2014. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2014.

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL. **Cartaz da comemoração do dia Nacional da Luta Antimanicomial**, 2015. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2015.

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL. **Cartaz da comemoração do dia Nacional da Luta Antimanicomial**, 2016. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2016.

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL. **Cartaz da comemoração do dia Nacional da Luta Antimanicomial**, 2017. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2017.

GOHN, M.G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas. v. 16, n. 47, maio-ago., 2011.

GOHN, M.G. A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014

GOMES, A. M. T.. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais. **Revista Psicologia e Saber Social**, v. 4, n.1, p. 3-18, 2015.

Kilian, C; Flôres, O.C. Leitura, interpretação e compreensão: uma visão pragmática. **Revista Linguagens & Cidadania**, Santa Maria, UFSM, v. 14, jan./dez., 2012

LAVOR, A. **Trem de doido, cidadania a bordo**. Disponível em <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/70/reportagens/trem-de-doido-cidadania-bordo>>. Acesso em: 01 de mar. de 2018.

LÜCHMANN, L.H.H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.12. n.2. p.399-407, 2007.

MATTOS, V. Odeio Carnaval! (Mas Amo a Luta Antimanicomial!). In: NILO, K. *et.al*. **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia** — Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008. p. 251- 255.

Minas Gerais. **Lei Estadual nº11.802, de 1995**. Belo Horizonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais] Disponível em <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=11802&ano=1995>>.

Minas Gerais. **Lei Estadual nº12.684, de 1997**. Belo Horizonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais] Disponível em <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=12684&ano=1997>>.

MONTEIRO, R.A.P.; CASTRO, L.R. A Concepção de Cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Revista Psicologia Política**. v. 8. n. 16. p. 271- 284. Jul-Dez, 2008.

NASCIMENTO, R.C. **Loucura e cidadania: avanços e impasses da reforma psiquiátrica brasileira**. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Instituto de Estudos de Saúde Coletiva - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ, 2009.

Oliveira, W.F. Reforma Psiquiátrica e Atenção Psicossocial: Contextualização Sócio Histórica, Desafios e Perspectivas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**,

Florianópolis, v.4, n.9, p.52-71, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** Campinas – SP. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 24 de fev. de 2018.

PAIVA, D. *et.al.* As percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos. Revista **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, Outubro, 2004, p. 368-376.

PITTA, A.M.F. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.12, p.45-79. 2011.

SANTO, W.E. *et.al.* Comunicação e saúde mental: análise discursiva de cartazes do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial do Brasil. **História, Ciências, Saúde.** Manguinhos, Rio de Janeiro v.23, n.2, p.453-471. abr.-jun. 2016.

SANTO, W. L. P. do. **Movimentos sociais em saúde e estratégias de produção de sentidos no reclame da liberdade, o novo lugar da loucura.** 2015. 158 f. Tese (Doutorado em Informação, Comunicação e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

SANTOS. M.A. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **Revista Katál.** v. 16, n. 2, p. 233-240, Florianópolis jul./dez. 2013.

SCHERER-WARREN I. Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SOUZA, V.A. DIREITOS NO BRASIL: necessidade de um choque de cidadania. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 27, p. 211-214, nov. 2006

TOLEDO, L.M. ; SABROZA, P.C. (Org.) **Movimentos sociais e saúde.** Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2013. 20 p.

TOLFO, A.C. Direitos Humanos e a Construção da Cidadania. **Revista Vivências.** v. 9, n.17, p. 33-43, Outubro, 2013.